

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E PARCERIA EMPRESARIAL

Pelo presente instrumento,

- 1) A pessoa jurídica **Plant Project**, também denominada Projeto Plantar, CNPJ nº **49.979.670/0001-90**, e-mail: andre.xavier@projetoplantar.com.br, com endereço em Rua Vice Prefeito Totonho Batista, 425 – Bairro São Francisco, São Roque de Minas, Serra da Canastra/MG, Cep: 37.928-000.

Neste ato representada, conforme poderes especialmente conferidos, por: **André Luís Xavier**, na qualidade de: Procurador, CRBio 62.198/04-D, Carteira de Identidade (RG) nº MG 11.678.876, expedida por SSP/MG;

- 2) A pessoa jurídica denominada **ECOS TURISMO LTDA ME**, CNPJ: **06.157.430/0001-06**, sita na QE 24 BLOCO A LOJA 11 – GUARÁ, BRASÍLIA – DF.

Neste ato representada, conforme poderes especialmente conferidos, por: **ANA FLAVIA CAPANEMA MERHEB**, CPF: 665.495.741-53

Doravante denominados, respectivamente, **PRIMEIRO** e **SEGUNDO PARCEIRO** e, conjuntamente, **PARCEIROS**,

Firmam o presente **contrato de prestação de serviços e parceria empresarial**, conforme as cláusulas a seguir.

DO OBJETO

CLÁUSULA 1ª - Por meio deste contrato, os **PARCEIROS** firmam a parceria empresarial para o desenvolvimento das seguintes atividades:

Realizar, através da parceria Empresa Amiga da Natureza (EAN), contratada às expensas e sob responsabilidade e riscos exclusivos da PRIMEIRA PARCEIRA, o plantio, acompanhamento e rastreamento de mudas nativas, em áreas degradadas na bacia do Alto São Francisco, circuito Serra da Canastra, com objetivo de reflorestar áreas degradadas e revitalizar cursos d'água.

Realizar o plantio, acompanhamento e rastreamento **100 árvores** nativas plantadas através da parceria Empresa Amiga da Natureza Projeto Plantar em áreas degradadas na bacia do Alto São Francisco, circuito Serra da Canastra, com objetivo de reflorestar áreas degradadas e revitalizar cursos d'água.

Caso ocorra quaisquer erros de projeto e plantio, o replantio é de responsabilidade **exclusiva da Projeto Plantar**.

Lado outro, caso ocorram intervenções antrópicas inesperadas ou por força da natureza tais como: queimadas, enchentes e tempestades, os custos do replantio deverão ser arcados igualmente por **ambos os Parceiros** caso seja optado o replantio e haja concordância e aprovação do SEGUNDO PARCEIRO.

Parágrafo único. As atividades não descritas no objeto deste contrato não estarão sujeitas ao regime de parceria empresarial descrito neste instrumento.

Auditorias em campo por parte do SEGUNDO PARCEIRO devem ser comunicadas com pelo menos 10 dias de antecedência, de acordo com plano integrado de manejo e conservação do Alto São Francisco. Com equipe de campo de no máximo 5 pessoas incluindo PRIMEIRO E SEGUNDO PARCEIRO, buscando uma interferência mínima nas áreas de recuperação.

DA CONTRIBUIÇÃO DOS PARCEIROS

CLÁUSULA 2ª - O PRIMEIRO PARCEIRO concorre com os seguintes bens ou serviços:

- 1- Realizar o plantio e acompanhamento das mudas nativas por até 3 (três) anos. Após este período o acompanhamento é feito por lotes, sem ônus adicionais para o SEGUNDO PARCEIRO.
- 2- Fornecer ao SEGUNDO PARCEIRO QRcode e códigos de rastreamento de cada muda nativa plantada.
- 3- Fornecer relatório de atividades anualmente ou quando solicitado pelo SEGUNDO PARCEIRO contendo o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) Programa Técnico de Reconstituição de Flora (PTRF).
- 4- Cada muda plantada gera uma certidão verde e pela campanha EAN a empresa parceira recebe o certificado verde EAN.
- 5- Fornecer material mensal de marketing verde de acordo com atividades, campanhas e datas comemorativas ambientais.

CLÁUSULA 3ª - O SEGUNDO PARCEIRO concorre com os seguintes bens ou serviços:

§ 1º Fica facultado ao SEGUNDO PARCEIRO usufruir dos subsídios do programa de redução das emissões de CO2 decorrentes do plantio e acompanhamento das mudas nativas plantadas pela Empresa Amiga da Natureza (EAN), devendo, neste caso, fornecer a ela os dados necessários para tanto.

§ 2º As contribuições em bens ou serviços apenas poderão ser aumentadas ou diminuídas com consenso unânime dos **PARCEIROS**, por meio de aditivo contratual. Em opção de replantio, também por aditivo contratual.

DO DIREITO DE USO DE IMAGEM

CLÁUSULA 4ª – PRIMEIRO e SEGUNDO PARCEIRO, de comum acordo, autorizam um ao outro, a utilizarem suas respectivas “marcas” conforme vier camapnhas exclusivamente relacionadas a campanha EAN pelos PARCEIROS e tão somente durante a vigência deste contrato ou eventuais aditivos,nos seguintes termos:

- a) Utilizarem e veicularem suas marcas para fins de publicidade institucional sem limitações de números de inserções ou reproduções em materiais diversoscomo: folders, cartazes, banners, filmes publicitários, outdoor, propaganda sonora e demais meios de divulgação;
- b) Utilizarem e veicularem suas marcas nos seus sites na Internet, nas redes Intranet e Extranet, bem como nas redes sociais pertinentes;

DA ADMINISTRAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

CLÁUSULA 5ª - A administração do empreendimento será realizada pelo **PRIMEIRO PARCEIRO**, denominado Projeto Plantar.

DOS VALORES E QUANTIDADE DE MUDAS A SEREM PLANTADAS

CLÁUSULA 6ª – Contrato se refere exclusivamente ao plantio, acompanhamento e rastreamento via QRcode. A quantidade de mudas nativas a serem plantadas da será informado pelo SEGUNDO PARCEIRO de acordo com campanha realizada. Para este contrato serão 100 árvores (Qrcodes de rastreamentos inclusos).

CLÁUSULA 7ª - O valor unitário é de R\$ 34,90 (trinta e quatro reais e noventa centavos) para as espécies pioneiras e secundárias em biomas de Cerrado e Mata Atlântica. O valor final deste contato é de R\$3.141,00 (três mil quatrocentos cento e quarenta e um reais), por desconto de 10% no valor total. A serem pagos em 3 parcelas mensalmente no valor de R\$1.047,00 (Hum mil e quarenta e sete reais).

CLÁUSULA 8ª – O pagamento resultante do plantio será realizado via cartão de crédito em 3 parcelas de igual valor pelo link de pagamento <https://pag.ae/7-mSayCNQ>

DO PRAZO

CLÁUSULA 9ª - A parceria é acordada pelo prazo de 1 (um) ano, **iniciando-se em Março de 2024** e se renova automaticamente a cada ano, caso não haja notificação de nenhuma das partes.

§ 1º O **PARCEIRO** que desejar encerrar o contrato poderá realizá-lo concedendo ao outro um aviso prévio de no mínimo 90 (noventa) dias, mediante notificação por carta com aviso de recebimento (AR).

Não existe multa para rescisão do contrato, exclusivamente quando não ainda houver o plantio das mudas que ocorre de novembro a março de cada ano. Caso nesse período ocorra uma quebra ou desacordo contratual, a empresa denominada **SEGUNDO PARCEIRO** deverá fazer o reembolso do valor investido pela empresa denominada **PRIMEIRO PARCEIRO** em um prazo de até 30 dias.

DA CONFIDENCIALIDADE

CLÁUSULA 10ª – Todas as tratativas, negociações, contratos, *know-how*, manuais, notificações, treinamentos, certidões, documentos QRcode ou quaisquer informações a respeito da atividade desenvolvida são estritamente confidenciais, não podendo ser

divulgadas por qualquer meio, mídia ou sob justificativa, com exceção das previstas na lei ou em campanhas voltadas ao Eco Marketing de ambos **os PARCEIROS**.

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

CLÁUSULA 11ª – Para os fins deste contrato, os termos aqui presentes terão os significados a eles conferidos pelo art. 5º da Lei Federal n.º 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados pessoais (“LGPD”) e eventuais definições e interpretações dispostas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”).

CLÁUSULA 12ª – Os PARCEIROS se comprometem a tratar os dados pessoais a que tiveram acesso em decorrência do presente contrato, única e exclusivamente para cumprir com a finalidade de constituir os cadastros e base de dados dos participantes na iniciativa de plantio das árvores, viabilizando a execução do objeto deste contrato, em respeito a toda a legislação aplicável privacidade e proteção de dados, inclusive, a LGPD, sem exclusão das demais normas setoriais ou gerais sobre os temas correlatos, tal como a segurança da informação e a defesa do consumidor e outros (“Legislação Aplicável”).

§1º Os PARCEIROS deverão tratar os dados pessoais como informações confidenciais, responsabilizando-se por quem quer que venha acessá-los, garantindo que tais pessoas estejam sujeitas ao dever de confidencialidade e a regras não menos rigorosas que aquelas estabelecidas no âmbito deste contrato.

§2º OS PARCEIROS se comprometem a não transferir e/ou compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados em razão da presente relação contratual, a menos que seja requisito essencial para o cumprimento do Contrato, garantindo, nesta hipótese, a observância do estipulado no parágrafo primeiro acima.

CLÁUSULA 13ª – O tratamento de dados pessoais realizado com base neste contrato se dará estritamente dentro dos limites deste instrumento, sendo cada PARCEIRO exclusivamente responsável pelas finalidades para as quais eventualmente sejam controladoras independentes, e de modo conjunto em relação às finalidades do

tratamento para as quais sejam co-controladoras, exceto na hipótese em que apenas uma delas contribuir para o resultado preterido.

§1º Sem prejuízo, a utilização dos dados pessoais coletados e tratados com base neste contrato por um dos PARCEIROS para finalidades não relacionadas ao objeto do contrato, levará à assunção da responsabilidade integral pelo PARCEIRO controlador daquele novo tratamento específico por toda sua a legalidade, bem como por eventuais danos ou sanções decorrentes de violação da lei ou das disposições contratuais.

CLÁUSULA 14ª – Os PARCEIROS garantem que aplicarão medidas técnicas e administrativas aptas a garantir a segurança e a confidencialidade dos dados pessoais tratados, considerando as circunstâncias e características do tratamento, bem como a probabilidade e gravidade dos riscos para os direitos e liberdades dos titulares de dados, de modo a proteger a confidencialidade e a integridade das informações.

CLÁUSULA 15ª – Os PARCEIROS garantem que elegeram uma base legal apropriada, conforme o artigo 7º da LGPD, para os tratamentos respectivamente realizados por estes, especialmente em razão da transmissão e divulgação para com o outro PARCEIRO, assegurando que implementam medidas técnicas específicas para as operações mencionadas e que os meios de coleta e armazenamento das informações são legítimos e adequados.

CLÁUSULA 16ª – Caberá aos PARCEIROS cooperar entre si para a elaboração das respostas às requisições dos titulares de dados ou de terceiros incluindo, mas não se limitando à ANPD, que versem sobre o tratamento de dados pessoais em decorrência da presente relação contratual (“Requisição” ou “Requisições”).

§1º Na hipótese de recebimento de qualquer Requisição, uma Parte deverá comunicar à outra em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas, de modo a assegurar o atendimento tempestivo da solicitação. Para isso, as Partes definirão em conjunto a estratégia e conteúdo da resposta, considerando a participação de cada uma destas no tratamento a que se refere a Requisição, observada a Legislação Aplicável, cabendo, no entanto, à Parte que atuar como Controladora daquela atividade de Tratamento, nos termos da Lei, o efetivo atendimento e retorno à Requisição realizada.

CLÁUSULA 17ª – Cada Parte será responsável por eventual acesso indevido e/ou não autorizado, exposição indesejada e/ou situação acidental ou intencional de destruição, deleção, perda e/ou alteração dos dados pessoais tratados no âmbito deste contrato (“Incidente(s)”) que comprovadamente venha a dar causa, por ação ou omissão, na medida de sua participação no Incidente.

§1º O PARCEIRO responsável deverá notificar a outra Parte no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, descrevendo, minimamente, data e hora do Incidente, data e hora da ciência, a natureza dos dados pessoais afetados; as informações sobre os titulares envolvidos; as medidas técnicas e de segurança que foram ou serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do Incidente; os riscos relacionados ao Incidente; os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas; dados de contato do Encarregado e, não havendo Encarregado, a outra pessoa junto à qual seja possível obter mais informações; descrição das possíveis consequências do evento.

§2º Na hipótese de o PARCEIRO responsável não dispor da integralidade das informações elencadas, deverá transmiti-las gradualmente, comprometendo-se a atribuir maior celeridade ao cumprimento das disposições contratuais e colaborando para a investigação do Incidente.

§3º O PARCEIRO responsável deverá providenciar, em regime de cooperação com o outro PARCEIRO: (i) quando atuar como Controlador, nos termos da Lei, a notificação dos titulares afetados e da autoridade competente, como a ANPD, se o caso exigir tal providência; (ii) a adoção de um plano de ação que pondere os fatores que levaram à causa do Incidente e aplique medidas voltadas a não recorrência de Incidentes de igual natureza.

§ 4º Para os Incidentes que tenham sido causados em decorrência de ação ou omissão de uma das Partes, esta será responsável por eventuais sanções aplicadas pelas autoridades competentes, sem prejuízo das demais disposições legais e contratuais aplicáveis. Caso a(s) demais Parte(s) assumam a responsabilidade por sanções atribuídas em razão do Incidente causado por ação ou omissão de uma Parte em

específico, poderá a Parte inocente exercer o direito de regresso em relação à Parte de fato responsável.

CLÁUSULA 18ª – Em caso de descumprimento de quaisquer obrigações legais ou contratuais, a Parte que der causa ao prejuízo ou dano será integralmente responsabilizada perante a outra Parte ou a terceiro, suportando também demais consequências pecuniárias, judiciais ou de qualquer outra natureza decorrentes da infração praticada, nos termos da Legislação Vigente, resguardado o direito de regresso, quando aplicável, bem como demais institutos processuais cabíveis e previstos no Código de Processo Civil.

CLÁUSULA 19ª – Após o término do contrato ou mediante solicitação do titular de dados pessoais e/ou autoridade competente, na medida em que lhes couber em relação à sua posição enquanto agente de tratamento, cada Parte deverá entregar à outra Parte todos os dados pessoais que tiver recebido durante a vigência do contrato, inclusive eventuais cópias tiradas, exceto se disposto de modo diverso na Legislação Vigente ou em outra aplicável.

CLÁUSULA 20ª – Mesmo após o término da vigência deste contrato, as obrigações das Partes, enquanto agentes de tratamento, perdurarão enquanto qualquer delas realizar tratamento de dados pessoais a que tiverem tido acesso em decorrência deste contrato.

DA INEXISTÊNCIA DE SOCIEDADE E VÍNCULO EMPREGATÍCIO

CLÁUSULA 21ª - O presente contrato não cria qualquer vínculo entre os **PARCEIROS** diferente do regime de parceria empresarial, não caracterizando relação societária, representação, agência, trabalho, tampouco decorre qualquer responsabilidade de um dos **PARCEIROS** sobre as atividades do outro.

Parágrafo único. Os **PARCEIROS** permanecem sendo exclusivamente responsáveis por todas as obrigações decorrentes neste contrato, sem causar nenhum tipo de vínculo empregatício.

DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

CLÁUSULA 22ª - São obrigações do PRIMEIRO PARCEIRO:

- I - fornecer toda assistência e informação necessária para os serviços prestados à disposição;
- II - prestar todas as diligências necessárias baseados em plena vigência de Leis Ambientais resguardando a não supressão das espécies plantadas.
- III – responsabilizar-se por todo e qualquer prejuízo decorrente de erros de projeto ou plantio.

DO FORO

CLÁUSULA 23ª - Para a resolução de eventuais litígios que se refiram a direitos e obrigações decorrentes deste contrato, fica eleito o foro da comarca de Bambuí/MG. Entretanto, o presente contrato será validado por via digital.


São Roque de Minas. 12 de Março de 2024

PRIMEIRO PARCEIRO:

André Luís Xavier

Neste ato representando a pessoa jurídica **Plant Project LTDA**

SEGUNDO PARCEIRO:



ANA FLAVIA CAPANEMA MERHEB

Neste ato representando a pessoa jurídica **ECOS TURISMO LTDA**
